



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 31 DE MARÇO DE 2020
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21(R1) – NBC TG 21(R4)

Índice

1.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2.	BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
3.	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	8
4.	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
5.	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
6.	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
7.	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	12
8.	NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CODERN – CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220 - CEP 59010-700

Ribeira, Natal, Rio Grande do Norte

Prezados Senhores,

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **CODERN**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Base para opinião com ressalva

3.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A CODERN possui registrado o montante de (R\$ 4.822.141,65) referentes a valores faturados e não liquidados por clientes. A cia não possui metodologia para contabilização desses valores, assim como, não existe política para tal provisionamento. Isto posto, somos de opinião que deve-se adotar política para provisionamento das perdas, e com base no desfecho possam-se tomar decisões pontuais e se for o caso, proceder com os devidos ajustes. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TG's poderiam causar no Ativo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

3.2. Depósitos Judiciais

A CODERN apresenta um saldo de R\$ 18.500 mil de valores de depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais. São valores decorrentes de exercícios anteriores que não possuem levantamentos completos dos depósitos e bloqueios judiciais devidamente conciliados. Desta forma, não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para validarmos o saldo apresentado.

3.3. Ativo Imobilizado

A CODERN possui um valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 331.800 mil, representando aproximadamente 90% do total do ativo. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, assim como, não realizou o inventário físico dos bens. Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação destes saldos, tornaram-se impossíveis em função da falta de controles internos agregados ao processo de imobilização, baixa e manutenção de "bens", que carecem de aprimoramentos vinculados à análise e conciliação sistemática com a contabilidade. De tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

3.4. Provisões de Férias e 13º Salários

A CODERN possui registrado no seu balanço um saldo de R\$ 5.700 mil de provisões de férias e 13º salário. A metodologia utilizada para os cálculos das provisões de férias está em desacordo com a norma contábil e os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Provisionamentos nos pareceram insuficientes, de modo que não estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

4. Ênfases

4.1. Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que, conforme nota explicativa nº 29.1, de acordo com o estudo apresentado, o valor a ser coberto pela Companhia (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió) a título de Termo de Compromisso Financeiro - TCF está no montante de R\$ 38.512.020 (trinta e oito milhões, quinhentos e doze mil e vinte reais), com entrada prevista para 17/08/2020 no montante de 0,69% (R\$ 265.837).

Após a assinatura do TCF, que deverá acontecer no primeiro semestre de 2020, por parte das patrocinadoras, o déficit restante a ser equacionado será de R\$ 976.875.534,24 (novecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos). O equacionamento do déficit remanescente se dará pela instituição de contribuição extraordinária pelo prazo compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios. Para financiar o restante do déficit de responsabilidade dos participantes, a contribuição mensal dos assistidos, que equivale a um desconto no benefício mensal recebido, deve ser incrementada em 18,47%.

4.2. Continuidade do operacional das atividades

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

5. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de março de 2020 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

6. Outros assuntos

6.1. Demonstração do Valor Adicionado

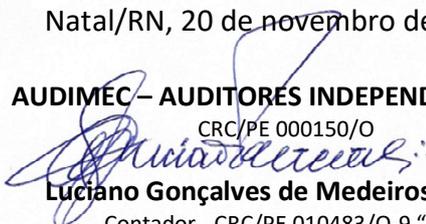
Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da **CODERN** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

Natal/RN, 20 de novembro de 2020



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ
CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ
CNAI 4850

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2020	31 de dezembro 2019	31 de março de 2020	31 de dezembro 2019
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	17.610	12.725	18.803	13.052
Contas a Receber	5	3.304	6.465	3.690	6.531
Outros Créditos		9.315	9.287	4.645	4.285
Adiantamentos		119	33	251	126
Impostos a Recuperar		1.234	1.185	1.901	1.778
Devedores Diversos	6	7.896	8.044	2.426	2.356
Outros valores a receber		66	24	66	24
Estoques	7	10.499	7.302	10.670	7.458
Despesas Antecipadas		40	64	97	119
Total do ativo circulante		40.769	35.843	37.905	31.445
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	5.540	5.481	5.622	5.566
Contas a Receber		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		396	387	1.179	1.123
Bloqueios Judiciais		5.135	5.086	4.432	4.432
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	201.119	204.306	331.796	336.239
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		206.669	209.798	337.449	341.836
Total do Ativo		247.437	245.641	375.354	373.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2020	31 de dezembro 2019	31 de março de 2020	31 de dezembro 2019
Circulante					
Contas a Pagar	12	57	43	57	43
Fornecedores		1.869	2.176	6.378	6.206
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	61.289	60.115	115.496	112.121
Provisões	11	4.382	3.916	5.689	5.043
Outras Obrigações		1.360	1.272	7.334	6.822
Total do passivo circulante		68.956	67.521	134.954	130.235
Não Circulante					
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	11.017	12.273	13.157	14.077
Provisão para contingências	13	53.660	53.663	55.359	55.362
Provisão Déficit Atuarial - Plano de Pensão	15	33.409	33.409	75.716	75.716
Créditos para aumento de capital	17	66.322	59.809	254.578	246.199
Outros Créditos da União	14	0	0	63.955	63.955
Total do passivo não circulante		164.408	159.155	462.765	455.308
Total do passivo		233.365	226.676	597.719	585.543
Passivo a descoberto					
Capital Social	16	432.843	432.843	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial		58	58	664	664
Prejuízos acumulados	18	(418.828)	(413.936)	(655.871)	(645.769)
Total do patrimônio líquido		14.073	18.965	(222.365)	(212.262)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		247.437	245.641	375.354	373.281
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
		0	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
		31 de março de	31 de março de	31 de março de	31 de março de
		2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado
Receita Líquida dos serviços	20	10.824	10.367	15.386	13.184
Custos operacionais	21	(11.197)	(10.505)	(16.247)	(15.865)
Lucro Bruto		(373)	(139)	(861)	(2.681)
(Despesas)/Receitas operacionais		(2.958)	(20.850)	(5.558)	(21.995)
Despesas administrativas e gerais	22	(5.064)	(4.674)	(9.488)	(8.197)
Despesas tributárias		(13)	(26)	(18)	(28)
Provisões diversas	23	(32)	(55)	(32)	(55)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	3	(16.579)	3	(15.794)
Receitas patrimoniais	25	105	93	1.935	1.690
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	2.043	390	2.043	390
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(3.331)	(20.989)	(6.420)	(24.675)
Receitas financeiras	27	541	359	542	393
Despesas financeiras	27	(2.165)	(1.831)	(4.399)	(16.119)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0000)	(0,0001)	(0,0001)	(0,0002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2020	2019	2020	2019
Resultado do Período		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão		-	-	-	-
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 15)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	58	(413.936)	18.965
Prejuízo líquido do período	18			(4.955)	(4.955)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			63	63
Em 31 de março de 2020		432.843	58	(418.828)	14.073
Mutações do período		0	0	(4.892)	(4.892)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(302.312)	130.531
Prejuízo líquido do período	18			(22.460)	(22.460)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			41	41
Em 31 de março de 2019		432.843	0	(324.732)	108.111
Mutações do período		0	(0)	(22.420)	(22.420)
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	664	(645.769)	(212.262)
Prejuízo líquido do período	18			(10.277)	(10.277)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			174	174
Em 31 de março de 2020		432.843	664	(655.871)	(222.365)
Mutações do período		0	0	(10.103)	(10.103)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(1.159.749)	(726.906)
Prejuízo líquido do período	18			(40.401)	(40.401)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			50	50
Em 31 de março de 2019		432.843	0	(1.200.100)	(767.257)
Mutações do período		0	0	(40.351)	(40.351)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
		31 de março de		31 de março de	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		3.915	3.966	5.251	5.301
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		63	41	174	50
Provisões		29	16.634	29	15.849
Despesas de atualização monetária		1.653	982	3.861	14.510
Baixas de Imobilizado		-	-	-	-
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		3.129	126	2.809	355
Outros créditos		(28)	(540)	(325)	(468)
Estoques		(3.197)	(607)	(3.212)	(613)
Despesas antecipadas		24	(35)	22	(23)
Outros ativos não circulantes		(59)	(5)	(105)	10
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		14	163	14	163
Fornecedores		(307)	244	173	629
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		243	2.411	2.102	4.594
Provisões de Férias e 13º Salário		465	495	645	745
Outras Obrigações		88	236	527	869
Outros passivos não circulantes		(1.416)	(1.409)	(1.079)	(1.438)
Caixa gerado pelas operações		(338)	241	610	133
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(338)	241	610	133
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(727)	(219)	(809)	(219)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(727)	(219)	(809)	(219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos		-	-	-	-
Crédito para aumento de capital		5.950	-	5.950	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		5.950	-	5.950	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		4.885	22	5.751	(86)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		12.725	18.529	13.052	19.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		17.610	18.551	18.803	18.946
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.885	22	5.751	(86)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		-	0,00	-	0,00
		-	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado
1 Receitas		10.824	10.367	15.386	13.184
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		10.824	10.367	15.386	13.184
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	0	0	0
2 Insumos adquiridos de terceiros		(3.770)	(3.300)	(7.705)	(6.427)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.223)	(3.245)	(7.962)	(6.020)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		476	0	476	0
2.3 Outras		(22)	(55)	(219)	(408)
3 Valor adicionado bruto		7.054	7.066	7.680	6.757
4 Retenções		(4.077)	(20.889)	(5.294)	(21.320)
4.1 Depreciação e amortização		(3.573)	(3.624)	(4.790)	(4.840)
4.2 Provisões		(505)	(17.265)	(505)	(16.480)
5 Valor adicionado líquido		2.977	(13.823)	2.386	(14.564)
6 Valor adicionado recebido em transferência		2.689	843	4.520	2.473
6.1 Receitas financeiras		541	359	542	393
6.2 Outras		2.148	483	3.978	2.080
7 Valor adicionado a distribuir		5.666	(12.980)	6.906	(12.091)
8 Valor adicionado distribuído		5.666	(12.980)	6.906	(12.091)
8.1 Pessoal		8.443	7.624	12.765	12.163
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		6.763	5.883	10.545	9.935
8.1.2 Benefícios		1.680	1.740	2.220	2.228
8.2 Impostos, taxas e contribuições		13	26	18	28
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		13	26	18	28
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		2.165	1.831	4.399	16.119
8.3.1 Juros e Correção Monetária		2.165	1.831	4.399	16.119
8.3.2 Aluguéis					
8.4 Remuneração de capitais próprios		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(4.955)	(22.460)	(10.277)	(40.401)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		0	0	0	0

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

1.1.1.1

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido renovado pelo aditivo nº 001/2020, com vigência até 26.12.2020.

Ressalta-se que neste 11º Aditivo foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2020 a Companhia apresenta prejuízo no montante de R\$ 10.277 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 3.861 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 645.769 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou em outubro de 2019 o PSF (Plano de Saneamento Financeiro), com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistemática e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa e, em um segundo momento, promover o crescimento financeiro e econômico.

Após a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões e proporcionado um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Hoje, o PSF possui 51 indicadores que avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Dentre os principais resultados do PSF destaca-se a redução de gastos com a folha de pagamento que, no primeiro trimestre de 2020, apresentou uma redução de 14% (R\$ 143.222,00) com o pagamento de adicionais, quando comparado com o mesmo período de 2019.

Na área do faturamento do Porto de Natal, após a realocação de colaboradores e o acompanhamento dos indicadores do PSF, continuamos recuperando receitas não faturadas na época devida, mantendo praticamente em dia todos os processos de vendas de serviços.

Na área operacional as ações do PSF, implementadas em 2019, continuam norteando a redução de despesas com resultados que têm contribuído para o equilíbrio orçamentário.

Em relação à Coordenação de Tesouraria - COORTE, a mudança nas Normas de Faturamento promoveu um ganho expressivo nos recebimentos de títulos vencidos e nos pagamentos dentro do prazo.

Como conclusão, podemos dizer que o PSF vem evoluindo e mostrando a sua importância como ferramenta de gestão exigindo, de cada gestor, um comprometimento permanente para que a sua eficácia também seja permanente.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens Móveis	Taxa Anual
Equipamentos Industriais	3,33% a 20%
Embarcações	5%
Veículos	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10%
Informática	20%
Máquinas	10% a 20%
Motores	10% a 20%
Aparelhos	10% a 20%
Sistema de Segurança	10% a 20%
Galpão	10% a 20%
Outros bens	4% a 20%
Bens Imóveis	Taxa Anual
Imóveis de natureza industrial	3,33% a 4%
Instalações	3,33% a 4%
Obras de acesso	3,33% a 4%
Prédios	3,33% a 4%
Terrenos	0%
Molhe	3,33% a 4%
Imobilização em Curso	0%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.14 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas esse ativo fiscal não vem sendo reconhecido, tendo em vista que não existem estimativas da Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais existentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Recursos em bancos	3.122	355	4.308	583
Recursos do Tesouro - SIAFI	13.721	7.771	13.721	7.771
Aplicações financeiras	767	4.599	773	4.697
Total de caixa e equivalentes de caixa	17.610	12.725	18.803	13.052

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 1,51% no 1º trimestre de 2020, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve um aumento de 638% no saldo de Recursos em bancos, como resultado das atividades operacionais da companhia.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	6.422	10.410	8.513	12.180
Menos: provisão para créditos de	(3.118)	(3.944)	(4.822)	(5.648)
Contas a receber de clientes líquidos	3.304	6.465	3.690	6.531
Total Contas a Receber	3.304	6.465	3.690	6.531

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 31 de março de 2020 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Portos Conveniados	3.842	3.782	2.271	2.271
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.763	4.857	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	0	0	0
Valores a receber Portus	1.340	1.484	1.340	1.484
Outros devedores diversos	148	118	1.011	798
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(2.197)	(2.197)	(2.197)
Total Devedores Diversos	7.896	8.044	2.426	2.356

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Saldos em R\$ mil

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Material de consumo permanente Sede	140	110
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	10.359	7.193
Material de consumo permanente Maceió	171	156
Total	10.670	7.458

Registrou-se variação crescente no saldo do estoque do Terminal Salineiro, ocasionada principalmente pela aquisição de Trator Pá Carregadeira no valor de R\$ 2.680 em dez/19 e um trator de esteira no valor de 2.467 em jan/20, de acordo com os processos internos da CODERN, o almoxarifado recebeu os bens, mas até o fechamento do 1º trimestre/20 os mesmos ainda estavam à disposição do almoxarifado.

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais e Contratuais	991	981	2.363	2.306
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(594)	(594)	(1.183)	(1.183)
Bloqueios Judiciais	10.043	9.994	9.340	9.340
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)	(4.908)	(4.908)	(4.908)
Cauções	8	8	11	11
Total	5.540	5.481	5.622	5.566

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de março de 2020 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 31/03/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora Saldo líquido em	
							31/03/2020	31/12/2019
Bens Móveis	95.738	454	0	96.192	(61.682)	-	34.509	35.221
Equipamentos Industriais	89.227	328	0	89.555	(57.144)	-	32.411	33.129
Embarcações	400	0	0	400	(123)	-	277	282
Veículos	154	0	0	154	(154)	-	0	0
Móveis e Utensílios	2.097	37	0	2.134	(1.109)	-	1.026	1.037
Informática	856	19	0	875	(815)	-	60	58
Máquinas	1.403	0	0	1.403	(956)	-	447	479
Motores	11	0	0	11	(6)	-	5	5
Aparelhos	1.158	55	0	1.212	(1.060)	-	152	106
Sistema de Segurança	241	4	0	245	(189)	-	56	57
Galpão	0	0	0	0	0	-	0	0
Outros bens	191	11	0	202	(126)	-	76	68
Bens Imóveis	489.840	326	0	490.166	(165.367)	(158.235)	166.564	168.987
Imóveis de natureza industrial	346.651	171	0	346.823	(127.089)	(62.899)	156.835	159.156
Instalações	78.080	35	0	78.115	(27.950)	(48.179)	1.985	2.066
Obras de acesso	2.076	119	0	2.194	(832)	-	1.363	1.297
Prédios	62.937	1	0	62.938	(9.496)	(47.157)	6.286	6.373
Terrenos	96	0	0	96	0	-	96	96
Molhe	0	0	0	0	0	-	0	0
Imobilização em Curso	98	(53)	0	46	-	-	46	98
Total	585.676	727	0	586.403	(227.050)	(158.235)	201.119	204.306

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 31/03/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	31/03/2020	31/12/2019
Bens Móveis	96.499	535	0	97.034	(62.359)	-	34.675	35.312
Equipamentos Industriais	89.365	340	0	89.705	(57.230)		32.475	33.184
Embarcações	400	0	0	400	(123)		277	282
Veículos	488	63	0	551	(490)		61	0
Móveis e Utensílios	2.208	37	0	2.245	(1.215)		1.031	1.042
Informática	856	19	0	875	(815)		60	58
Máquinas	1.406	0	0	1.406	(959)		447	479
Motores	11	0	0	11	(6)		5	5
Aparelhos	1.329	61	0	1.390	(1.205)		185	134
Sistema de Segurança	241	4	0	245	(189)		56	57
Galpão	0	0	0	0	0		0	0
Outros bens	194	11	0	205	(127)		79	70
Bens Imóveis	564.594	326	0	564.920	(173.733)	(158.235)	232.953	236.706
Imóveis de natureza industrial	400.133	171	0	400.305	(133.382)	(62.899)	204.023	207.488
Instalações	78.958	35	0	78.992	(27.985)	(48.179)	2.828	2.913
Obras de acesso	3.011	119	0	3.129	(1.488)		1.641	1.578
Prédios	80.238	1	0	80.239	(10.088)	(47.157)	22.995	23.130
Terrenos	96	0	0	96	0		96	96
Molhe	2.159	0	0	2.159	(790)		1.370	1.501
Imobilização em Curso	266	(53)	0	214	0		214	266
Bens de Terceiros	63.955	0	0	63.955	0		63.955	63.955
Total	725.314	809	0	726.123	(236.092)	(158.235)	331.796	336.239

Conforme determina A NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2019, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra que não houve perdas por desvalorização ou reversões de perdas por desvalorização reconhecidos no resultado do período por unidade geradora de caixa no 1º trimestre.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2019	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 31/03/2020
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
UGC Porto de Natal	90.039				90.039
UGC Terminal de Passageiros	0				0
UGC Porto de Maceió	0				0
Total	158.235	0	0	0	158.235

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imp. Encargos a Recolher	27.151	27.235	71.146	69.734
Salário a Pagar	3	8	522	23
Autônomos - INSS	57	56	57	56
PORTUS	33.365	32.342	43.058	41.835
Parcelamento Portus	19.889	19.488	19.889	19.488
Parcelamento RTSA	13.476	12.854	23.169	22.347
Parcelamento ISS	630	390	630	390
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo circulante	61.289	60.115	115.496	112.121

O valor R\$ 19.889 mil refere-se o saldo remanescente da dívida da CODERN - PORTUS que foi

devidamente atualizado e registrado no Balanço em 31/03/20. O valor de 23.169 mil refere-se a saldo de Reserva Técnica de Serviço Anterior - RTSA.

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo não circulante compreendem valores relativo a parcelamentos tributários, parcelamentos junto ao PORTUS e parcelamento junto à Antaq, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Portus - Instituto de Seguridade Social	8.607	8.730	8.607	8.730
Parcelamento INSS	1.870	2.643	3.431	4.204
Parcelamento ISS	540	900	782	1.142
Parcelamento Antaq - Multas e Infrações	0	0	337	0
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo não circulante	11.017	12.273	13.157	14.077

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizado, totalizando em 31/03/2020 R\$ 31.776 mil, sendo apropriado R\$ 8.607 no Passivo Não Circulante e R\$ 23.169 no Passivo Circulante.

11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/03/2020, correspondentes ao valor de R\$ 5.689 mil (R\$ 5.043 mil em 31 dezembro de 2019), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Prov. Férias	3.921	3.916	5.138	5.043
Prov. 13º Salário	460	0	550	0
Total férias a pagar	4.382	3.916	5.689	5.043

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Empregados	18	8	18	8
Terceiros	39	35	39	35
Total contas a pagar	57	43	57	43

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

14.

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.001	1.605	12.756	55.362
Provisões constituídas no período	0	0	0	0
Baixas de provisões	0	0	0	0
Reversões	0	(3)	0	(3)
Saldo em 31 de março de 2020	41.001	1.602	12.756	55.359

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.03.20, totalizou R\$ 1.602 mil, consideradas

como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 05 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 1.056 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal, faltando pagar o reflexo do Portus, que necessita de um cálculo específico. Está sendo objeto de perícia atuarial de cálculos e impugnações das partes.

Na controlada, temos 10 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 180 mil e corresponde a auxílio enfermidade em que se postula a manutenção do referido benefício anteriormente convencionado, fundamentando acerca do direito adquirido pela parte em Acordo Coletivo de Trabalho, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.03.2020, totalizou R\$ 41.001 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e o PORTUS estão em tratativas para realização de um termo de Equilíbrio Financeiro do Déficit, no qual irá constar a obrigação de encaminhamento desse processo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.03.2020 o montante de R\$ 12.756 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 07 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 766.624,18, onde consta pedido de parcelamento de débito pelo Porto de Maceió. Determinada a suspensão dos atos processuais em 25/06/2018 e das demais execuções fiscais com as mesmas partes.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.03.2020 somou R\$ 118.823 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	3.576	1.740	5.316

Causas Fiscais	24.087	107	24.194
Causas Cíveis	62.617	26.696	89.313
Total	90.280	28.543	118.823

Na controladora, temos 24 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil), referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a Indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão.

Na controlada, temos 31 processos relativo a causas trabalhistas, onde 14 processos correspondem a verbas rescisórias da Terceirizada Fre Energy a qual teria encerrado suas atividades sem a devida compensação aos seus colaboradores acarretando a responsabilidade subsidiária do Porto de Maceió, os processos com essas partes estão em diversas fases processuais (grande parte já na execução redirecionada para o Porto), além disso, temos um processo de valor mais relevante (265 mil) em relação aos demais, relativo a Incorporação retroativa do cargo de chefia (chefe do setor de operações) o pleito se deu pelo exercício contínuo no cargo em um período superior a 8 anos, o processo está na fase de execução aguardando o julgamento de agravo de petição.

Na controladora, temos 9 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controlada, temos 1 processo relativo a causas fiscais, refere-se a cobrança cumulada pela União (Fazenda Nacional - PGFN) de cerca de 24 Autos de Infração que teriam sido instaurados em face de multas correlacionadas ao descumprimento da CLT, no qual já consta bloqueio judicial do total da execução nas contas de titularidade da empresa.

Na controladora, temos 49 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 20.975 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Outro processo relevante refere-se ao Reequilíbrio de Contrato (R\$ 60.099 mil) da obra de ampliação do Porto Ilha, solicitado pela construtora. O processo está na fase instrutória de produção de provas.

15. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT e Convênio 01/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió, cujo saldo em 31.03.2020, totalizou R\$ 63.955 mil (63.955 mil em 31.12.2019).

O valor foi mantido no passivo tendo em vista que os termos de convênios possuem cláusulas, onde informa que todos os produtos obtidos com os recursos previstos nos Convênios DNIT 268/2006 e SEP 001/2008 ficarão sob a gestão da CONVENENTE, constituindo-se como patrimônio da União. Os bens gerados com recursos dos respectivos convênios estão classificados no grupo do Imobilizado no subgrupo de "Bens de Terceiros".

16. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Déficit Atuarial	33.409	33.409	75.716	75.716
Total contas a pagar	33.409	33.409	75.716	75.716

15.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de 75.716 mil em 31/12/2019, os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	102.121.366	144.504.049	-
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	763.959	(441.413)	-
3. Custo dos juros	6.830.817	12.935.547	-
4. Contribuições de participantes do plano	945.957	913.968	-
5. Benefícios pagos	(4.984.356)	(4.984.356)	-
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(50.806.429)	-
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	23.116.168	-
6.c. Ajustes de experiência	-	(11.361.142)	-
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	(62.561.455)	-
7. Emendas no plano	-	-	-
8. Reduções	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	105.677.743	102.121.366	144.504.049

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	7.138.369	11.853.831	-
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(1.568.370)	-
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	-	-	-
4. Contribuições dos participantes	945.957	913.968	-
5. Benefícios pagos (líquido)	(4.984.356)	(4.984.356)	-
6. Receita dos juros	353.130	923.296	-
7. Emendas no plano	-	-	-
8. Reduções	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
11. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	3.453.100	7.138.369	11.853.831
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-	-	-

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>			
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	763.959	(441.413)	-
2. Custo líquido dos juros	5.307.468	5.815.131	-
2.1 Custo dos juros da obrigação	6.830.817	12.935.547	-
2.2 Receita de juros ativos	(353.130)	(923.296)	-
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(1.170.219)	(6.197.120)	-
3. Custo do serviço passado	-	-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	6.071.427	5.373.718	-
Contribuições do Patrocinador	-	-	-
8a. Custo líquido no período	6.071.427	5.373.718	-
<u>Montante a ser reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</u>			
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(663.917)	-	-
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(50.806.429)	-
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	1.568.370	-
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	(527.898)	48.574.142	-
14. Custo total reconhecido em ORA	(1.191.815)	(663.917,02)	-
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos	-	-	-

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(3.453.100)	(7.138.369)	(11.853.831)
2. Valor justo dos ativos do plano	3.453.100	7.138.369	11.853.831
3. Excesso de cobertura	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(102.224.643)	(94.982.997)	(132.650.218)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(102.224.643)	(94.982.997)	(132.650.218)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	51.445.311	48.145.693	-
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	10.141.615	9.491.150	13.162.134
7 (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(40.637.717)	(37.346.154)	(119.488.084)
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	20.964.998	19.266.881	61.643.903
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa	-	-	-
9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - compartilhamento de riscos com participantes e assistidos	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	19.266.881	61.643.903	-
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	20.964.998	19.266.881	61.643.903
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	1.698.117	(42.377.022)	61.643.903
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(1.170.219)	(6.197.120)	-
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	527.898	(48.574.142)	61.643.903

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(75.716.116)	(71.006.315)	-
2. Custo líquido no período (Resultado do Exercício)	(6.071.427)	(5.373.718)	-
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	49.238.059	-
4. Contribuições do empregador para o plano	-	-	-
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	527.898	(48.574.142)	-
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)

E.1. Conciliação de movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido:	Projeção		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1. Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	-	-
2. Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
3. Variação no efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
4. Efeito do teto de ativo não reconhecido no final do exercício	-	-	-

15.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 dez 19	31 dez 18
1. Principais Categorias de Ativos (%)		
1.a Disponível	0,18%	0,00%
1.b Realizável (Prev e Adm)	15,43%	35,06%
1.c Títulos Públicos	10,47%	0,00%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
1.e Ações	28,96%	18,32%
1.f Fundos de Investimentos	10,77%	24,59%
Renda Fixa	10,70%	24,55%
Imobiliário	0,07%	0,04%
1.g Investimentos Imobiliários	31,33%	20,24%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciários	2,87%	1,79%
Total	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)		
2.a Disponível	658.202	4.142
2.b Realizável (Prev e Adm)	57.103.228	204.473.918
2.c Títulos Públicos	38.747.719	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-
2.e Ações	107.203.487	106.839.311
2.f Fundos de Investimentos	39.860.032	143.419.024
Renda Fixa	39.618.331	143.173.038
Imobiliário	241.701	245.986
2.g Investimentos Imobiliários	115.981.731	118.048.022
2.h Empréstimos e Financiamentos	172	172
2.i Outros - Depósitos Judiciários	10.627.017	10.469.327
Total Ativo	370.181.588	583.253.916
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(8.827.617)	(80.414.925)
(-) Uso Próprio	(5.654.444)	(7.491.376)
(-) Exigível Operacional	(18.651.876)	(10.481.635)
(-) Exigível Contingencial	(15.679.908)	(17.042.737)
(-) Fundo Previdencial	(40.347.927)	(43.409.750)
(-) Fundo de Investimento	(6.797.777)	(6.136.997)
(-) Fundo administrativo	(69.663.610)	(84.635.402)
Valor Justo dos Ativos em 31/10/20xx (Total)	204.558.429	333.641.094
Rentabilidade projetada (até 12/20xx)	-	-
Saldo Previdencial projetado (até 12/20xx)	-	-
Valor Justo dos Ativos em 31.12.20xx	204.558.429	333.641.094
Percentual rateio	3,490%	3,553%
Valor Justo dos Ativos em 31/10/20xx	7.138.369	11.853.831

15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 dez 19	31 dez 18
1. Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	4,00%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A
G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31 dez 19	31 dez 18
1. Data efetiva	31 ago 19	31 dez 18
2. Participantes ativos (passivo principal)	85	87
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	243
3.a. Aposentados	153	155
3.b. Pensionistas	89	88
4. Número total de participantes	327	330
H. Período de amortização	31 dez 19	31 dez 18
1. Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00
2. <i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50
J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31 dez 19	31 dez 18
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	4.984.356	4.687.324	
2. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	-	-	
3. Contribuições esperadas dos participantes + extraordinárias	945.957	1.205.029	

Legenda: N/A - Não Aplicável
N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	31 dez 19	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	90.857.647	53.646.402
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(441.413)	-
3. Custo dos juros	8.264.412	4.671.135
4. Contribuições de participantes do plano	913.968	-
5. Benefícios pagos	-	(4.984.356)
6. (Ganho) / perda atuarial	(42.023.650)	(8.782.779)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	13.869.437	9.246.731
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(13.347.567)	1.986.425
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	(42.545.520)	(20.015.935)
7. Emendas no plano	-	-
8. Reduções	-	-
9. Liquidações	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	57.570.964	44.550.402

Análise de Sensibilidade - 31/12/2019

Montante do:	Tabela biométrica - Mortalidade	
	Agravada em 10%	Desagravada em 10%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	100.183.146	104.216.845
Valor justo dos ativos do plano	7.138.369	7.138.369
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(93.044.777)	(97.078.476)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	47.231.908	49.133.619
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.311.012	9.685.904
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(36.501.857)	(38.258.953)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	18.831.308	19.737.794
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(74.213.469)	(77.340.682)
Variações:		
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,90%	2,05%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,04%	2,21%
	Taxa de juros	
	+ 0,25%	- 0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	99.900.628	104.431.591
Valor justo dos ativos do plano	7.138.369	7.138.369
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(92.762.259)	(97.293.222)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	47.098.714	49.234.861
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.284.755	9.705.862
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(36.378.790)	(38.352.499)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	18.767.817	19.786.054
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(73.994.442)	(77.507.168)
Variações:		
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,17%	2,26%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,34%	2,43%

17. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de março de 2020 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Consolidado
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

18. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Saldos em R\$ mil

Créditos para aumento de capital	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Porto de Natal e Areia Branca	66.322	59.809
Porto de Maceió	188.256	186.389
Total	254.578	246.199

19. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, como se tratam de erros não materiais, as informações comparativas do período anterior não foram reapresentadas.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente da retificação de erros, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ 136 mil (ativo) e R\$ 38 mil (passivo), totalizando R\$ 174 mil o efeito do resultado:

Grupo	Débito	Crédito	Saldo
Ativo	143	7	136
Passivo	73	35	38
Saldo de Ajustes	216	42	174

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de 4.955 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 5.322 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado **Consolidado** no período de R\$ 10.277 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de março 2020 de R\$ 643 mil para CODERN-Sede (lucro) e R\$ 1.777 mil para o Porto de Maceió (prejuízo). Conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Resultado líquido	(4.955)	(22.460)	(5.322)	(17.940)	(10.277)	(40.401)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	3.915	3.966	1.336	1.334	5.251	5.301
Impairment	0	0	0	0	0	0
Varição monetária passiva	1.653	982	2.208	13.528	3.861	14.510
Provisões	29	16.634	0	(785)	29	15.849
Resultado líquido ajustado	643	(878)	(1.777)	(3.863)	(1.135)	(4.741)

20. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 664 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

21. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta dos serviços prestados				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	3.178	3.105	5.271	4.486
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	1.124	811	1.301	912
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	6.019	6.100	9.001	7.816
Serviços de Armazenagem	369	73	369	82
Serviços de Movimentação de Cargas	1.248	1.286	1.248	1.286
Atividade de Apoio ao Navio	685	713	685	713
Serviços Diversos	0	0	69	73
Total da Receita bruta	12.623	12.089	17.943	15.368
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.799)	(1.723)	(2.557)	(2.184)
Receita líquida dos serviços prestados	10.824	10.367	15.386	13.184

22. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(4.341)	(4.609)	(6.504)	(7.301)
Material de Operação	(1.184)	(671)	(1.230)	(722)
Material de Manutenção	(1)	(1)	(6)	(5)
Serviços de Manutenção e Reparos	(36)	(52)	(250)	(262)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.079)	(1.551)	(3.489)	(2.737)
Encargos Operacionais Diversos	0	(22)	0	(22)
Depreciação Direta	(3.556)	(3.600)	(4.769)	(4.814)
Total	(11.197)	(10.505)	(16.247)	(15.865)

As despesas com material de operação na ATE SAB, apresentou acréscimo significativo, em vista o maior consumo dos itens “combustíveis” e “gêneros alimentícios”.

Verificou-se decréscimo nas despesas com pessoal e encargos no Porto de Maceió, devido a redução

de horas extras, bem como diminuição de empregados em férias.

O acréscimo do custo com serviços terceiros deve-se ao fato da realização gastos com aluguel de equipamentos (ATESAB), bem como apropriação de seguro.

Tal variação foi ocasionada com o custo de serviços de terceiros. Em 03/19 foi de R\$ 1.186.591,04 e em 03/2020 R\$ 1.410.700,16, apresentando uma variação de 18,89%(19%). Normalmente, até o mês março, ocorre aumento nos serviços de terceiros na operação, haja vista o pico da safra de açúcar, como também da movimentação geral. Se há disponibilidade de recursos naquele mês, evidentemente haverá desembolso nas aquisições, não só de serviços, como também de material atrelados à operação portuária.

23. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(4.102)	(3.646)	(6.261)	(5.493)
Material	(103)	(233)	(165)	(288)
Serviços de Terceiros	(821)	(715)	(2.823)	(1.983)
Outros Encargos	(3)	(24)	(6)	(31)
Depreciação/Amortização	(16)	(24)	(20)	(26)
Outras despesas administrativas	(18)	(31)	(213)	(377)
Total	(5.064)	(4.674)	(9.488)	(8.197)

Em relação a variação de 58% dos serviços de terceiros na área administrativa, deve-se ao aumento dos terceirizados da força supletiva que em 03/2019 a média da folha era de R\$ 116.286,74 com 13 empregados. Em 2020 passou para uma média de R\$ 267.992,03 com 26 empregados.

24. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(32)	(55)	(32)	(55)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	0	0	0	0
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	(32)	(55)	(32)	(55)

25. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingências	0	(16.579)	0	(16.579)
Reversão de provisões	3	0	3	785
Saldo líquido de provisões constituídas	3	(16.579)	3	(15.794)

As provisões para contingências registraram decréscimo considerável, decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

26. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Alugueis Porto	116	103	2.132	1.901
(-) Deduções da receita	(11)	(10)	(197)	(212)
Total receitas patrimoniais líquidas	105	93	1.935	1.690

27. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

28. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras	541	359	542	393
Despesas Financeiras	(2.165)	(1.831)	(4.399)	(16.119)
Total do resultado financeiro	(1.624)	(1.471)	(3.857)	(15.725)

O saldo das despesas financeiras da controlada (Porto de Maceió) apresentou variação decrescente, principalmente em decorrência da atualização dos Créditos para Aumento de Capital, tendo em vista a sua capitalização ocorrida em jul/19.

29. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

28.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

28.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro

de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No 1º trimestre de 2020, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 7.321 mil (R\$ 25.123 em 2019), que representa 70,9% do total faturado (60,8% em 2019) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

28.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No 1º trimestre de 2020, os valores pagos totalizam R\$ 7 mil (R\$ 24 mil em 2019).

30. Eventos Subsequentes

29.1 benefício pós emprego - Plano de Benefício Definido

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados. O plano está em intervenção desde 2011.

O Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1 passou a ter problemas financeiros o que gerou um déficit, e devido ao extremo desequilíbrio financeiro, é necessário e imprescindível à sua não liquidação o imediato estabelecimento de estratégia previdencial com vistas à retomada da solvência. A insolvência do PBP1 tem origem a partir da retirada de patrocínio da extinta PORTOBRAS, quando não foram vertidos os recursos devidos ao PBP1 para suporte às obrigações com participantes e assistidos a ela vinculados, fato que juntamente a outros fatores, impactou no desequilíbrio técnico do plano ao longo de sua existência.

Segundo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”), bem como o interventor do PORTUS, ocorrerá a liquidação caso não seja aprovado o novo plano de equacionamento e considerando que o PBP1 é um plano de benefícios previdenciários com insuficiência patrimonial, caberá aos patrocinadores e aos participantes custear o equacionamento da insuficiência. Para isso, foi contratada uma consultoria atuarial que elaborou uma nota técnica onde foi mensurado o déficit técnico do plano como todo bem como o de cada patrocinadora.

Considerando a iminente liquidação do plano, da responsabilidade das patrocinadoras em assegurar a continuidade do mesmo e levando em consideração o exposto na Nota Técnica ao dizer que equacionamento do déficit técnico remanescente são necessárias para o reequilíbrio econômico financeiro atuarial do PBP1, consistindo em importante medida de redução do seu alarmante risco atuarial e de proteção dos trabalhadores da Cias Docas e dos assistidos em gozo de benefício no PORTUS e que trata-se de relevante economicidade, assim entendida como a relação entre custo e benefício a ser observada na atividade pública, com ênfase na análise contida no parecer atuarial que evidencia os seguintes benefícios para as partes envolvidas:

- Evita o cenário de liquidação extrajudicial, a qual poderia propiciar um ambiente político e social totalmente desfavorável, numa atividade econômica essencial;
- Recupera a prometida proteção social a um universo de quase 10 mil famílias que depositaram as esperanças de seu futuro no PORTUS;
- Traz segurança e credibilidade ao universo da Previdência Complementar Fechada, mais notadamente a patrocinada pelo setor público;
- A solução proposta não retira dos interessados a segurança de uma renda complementar mesmo com um poder de compra reduzido em função de toda a estratégia;
- Pacifica a relação entre os trabalhadores portuários, assistidos e os patrocinadores, permitindo a criação de soluções específicas para cada patrocinadora, após sua implementação;
- A partir de sua implementação as demonstrações patrimoniais de cada patrocinadora se darão de forma independente em decorrência da não solidariedade, atendendo a um pleito histórico de diversas destas patrocinadoras;
- Protege o estado de inevitáveis demandas judiciais de responsabilização no caso de liquidação do plano e da Entidade, não sendo a estratégia exitosa.

Segundo o estudo, o déficit técnico do plano é de R\$3.523.482.238,97 (três bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), que conforme dito anteriormente, será custeado pelas patrocinadoras e pelos participantes. A estratégia para retomada da solvência do PBP1 deverá envolver a administração do PORTUS, das patrocinadoras e de entidades representativas dos participantes e assistidos do PBP1 e envolverá as seguintes concessões além do pagamento de contribuições extraordinárias: Assinatura do termo de compromisso financeiro por parte das patrocinadoras e redução de direitos (congelamento dos benefícios, renúncia do pecúlio dos ativos e aplicação de percentual do abono em 100%) por parte dos participantes assistidos e participantes pensionistas. Em contrapartida à redução de direitos, os patrocinadores devem firmar um Termo de Compromisso Financeiro - TCF para aportar o montante de R\$ 1.138.829.184,31 (um bilhão, duzentos e treze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos), apurado de acordo com a proporção contributiva, e devem continuar honrando a obrigação de contribuir com o mesmo montante adicional a ser descontado dos assistidos, apurado respeitando-se a proporção contributiva .

De acordo com o estudo apresentado, o valor a ser coberto pela Companhia (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió) a título de Termo de Compromisso Financeiro - TCF está no montante de R\$ 38.512.020 (trinta e oito milhões, quinhentos e doze mil e vinte reais), com entrada prevista para 17/08/2020 no montante de 0,69% (R\$ 265.837).

Após a assinatura do TCF, que deverá acontecer no primeiro semestre de 2020, por parte das patrocinadoras, o déficit restante a ser equacionado será de R\$ 976.875.534,24 (novecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos). O equacionamento do déficit remanescente se dará pela instituição de contribuição extraordinária pelo prazo compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios. Para financiar o restante do déficit de responsabilidade dos participantes, a contribuição mensal dos assistidos, que equivale a um desconto no benefício mensal recebido, deve ser incrementada em 18,47%.

Ficará a cargo da CODERN (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió), a título de Contribuição Extraordinária o montante de R\$ 34.246.033 (trinta e quatro milhões duzentos, quarenta e seis mil, e trinta e três reais). Logo, a CODERN assumirá, por meio do TCF, R\$ 38.512.020 (trinta e oito milhões, quinhentos e doze mil e vinte reais), que adicionado à Contribuição Extraordinária dará uma obrigação de R\$ 72.758.053 (setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e cinquenta e três reais).

29.2 Impacto do Covid 19 nas operações da Companhia

Em atendimento ao item 21 do CPC 24 (comitê de pronunciamentos contábeis), o qual trata de eventos subsequentes que ocorrem após a data do balanço tendo que ser divulgadas em Notas explicativas no balanço da Companhia Docas do RN CODERN, esclareço o seguinte:

A CODERN desenvolve atividades portuárias EM GRANDE PARTE OPERACIONAL para a prestação de seus serviços, fonte de sua Receita, tanto em Natal e mais intenso em Areia Branca, sofrendo assim um grande impacto tanto humano, financeiro como social em consequência do COVID-19. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a companhia está exposta, especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios de seus grandes ou pequenos clientes e de sua própria operação seja ela de empregados, ou terceirizados (OGMO) entre outros , já que havendo maior risco aos de idade acima de 60 anos ou com doenças pré-estabelecidas; o afastamento desses por prudência ou necessidade irá refletir não apenas no resultado econômico mas também humano tanto nos afastados como nos que estão exercendo atividades, não apenas de sua competência mas absorvendo as atividades dos que estão ausentes. Assim o pagamento de salários (férias) deverá manter-se constante para todos. Entretanto a receita , a produção, e recebimento dos serviços prestados não seguirão o mesmo ritmo, pois além desses fatores há de se considerar os custos extras , na realização de exames, controle de higienização, uso de mais equipamentos de proteção entre outros.

No que se refere às "estimativas contábeis" certamente terá impactos nos custos de folha de salário para aqueles que deverão ser afastados e não poderão exercer atividade home-office pois que a mão de obra se realiza de forma que não há possibilidade , já que a maior parte das atividades de trabalho é fundamentalmente OPERACIONAL.

O coronavírus traz como consequência a interrupção no fluxo de pessoas, o fechamento de empresas e a queda nas receitas que afetará os valores tanto no Ativo em seu fluxo de caixa, (dos recebíveis de curto e de longo prazo) como também principalmente no Passivo, já que o pagamento com férias antecipadas, encargos sociais, e salário in-natura serão antecipados ou mantidos e a remuneração se manterá constante e as horas extras aos que irão substituir os funcionários ausentes poderá ser relevante para ser mensurado e considerado no balanço; e ainda por ser uma empresa pública não há possibilidade de demissão de seus funcionários, ou suspensão de contrato de trabalho o que trará ainda maior desequilíbrio entre Receita com Serviço x custos x produção.

A maior parte das operações que serão impactadas não foi uma consequência da epidemia, mas um resultado das medidas para contê-la; porém, se os impactos forem relevantes, deve-se divulgar tais eventos e as estimativas de seu reflexo financeiro ou uma descrição qualitativa de suas situações operacionais subsequentes deverão ser contabilizadas, a fim de fornecer informações financeiras úteis para seus usuários principais. A avaliação de continuidade operacional pela administração pode ser impactada de forma significativa por culpa das circunstâncias do surto COVID-19. Os recebíveis passados e futuros poderão ser afetados, já que seus devedores "clientes" também sofrerão as mesmas perdas "de força de trabalho" e queda financeira, não podendo arcar com seus compromissos.

Portanto, será necessário buscar solução para suprir a ausência de força de trabalho, a queda nas receitas e no fluxo de caixa e ou o aumento ou continuidade das obrigações trabalhistas, tributárias, e dos custos de manutenção da Companhia Docas.

ELIS TREIDLER ÖBERG
Diretor Presidente
CPF Nº 310.558.777-20

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15

FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 434.227.137-00

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34